

SOBRE AS NOVAS GRAMÁTICAS

Sílvio Elia
UFF

1. Que é gramática? Eis a indagação inicial e fundamental. Sim, já sabemos todos, o termo é grego, não só retirado da língua grega, mas cunhado pelos próprios gregos. Dionísio Trácio, da escola alexandrina, que viveu nos fins do séc. II e princípios do séc. I a.C., deixou-nos a primeira gramática do Ocidente, a **tékhne grammatiké**, a **ars grammatica** dos romanos. O radical **grámma**, -atos significa "letra", o que mostra que a gramática nasceu de e para a língua escrita.¹ Não importa que os gregos não distinguissem claramente entre o fonema e a letra, o que até hoje muita gente boa ainda faz; a definição de gramática do próprio Dionísio, **empeiría**, conhecimento indutivo depreendido dos textos dos poetas e prosadores, não deixa margem a dúvidas. **Tékhne**, **ars**, é, desde Aristóteles, uma habilidade adquirida e dirigida para o **fazer**, aqui o fazer verbal, não a arte do discurso, que pertence à Retórica, mas a arte da língua, ofício da gramática.

2. Evidentemente o conceito de gramática tem evoluído ao longo dos séculos, e o sábio Meillet já advertira que **Chaque époque a la grammaire de sa philosophie. Philosophie** no sentido próximo do que Foucault denominou **episteme**, o saber arqueológico de uma época, algo como a "alma da cultura" para Spengler. Contudo a persistência do nome **gramática** indica a continuidade de uma substância semântica que lhe é inerente.

3. Cremos que a primeira tentativa no sentido de identificar esse núcleo semântico foi a do lingüista franco-suíço, Ferdinand de Saussure, ao delimitar e opor complementarmente, no campo de estudos da ciência da linguagem, o eixo sincrônico ao diacrônico, o primeiro próprio das simultaneidades, o segundo das sucessividades, o primeiro descritivo, o segundo evolutivo. A gramática passou então a ser entendida como a descrição de um estado de língua (**langue**), sendo, pois, necessariamente sincrônica. Está no **Cours** (1931: 185):

La grammaire étudie la langue en tant que système de moyens d'expressions: qui dit grammatical dit synchronique et significatif, et comme aucun système n'est à cheval sur plusieurs époques à la fois, il n'y a pas pour nous de "grammaire historique"; ce qu'on appelle ainsi n'est en réalité que la linguistique diachronique.

Não é que não se soubesse, antes de Saussure, que a gramática procurava conhecer a estrutura das línguas; as expressões **gramática descritiva**, **gramática expositiva** estão aí para testemunhá-lo. Mas o que não se distinguia bem eram as fronteiras entre os sucessivos estados de língua. Opondo a perspectiva sincrônica à diacrônica, logrou Saussure clarificar o conceito de gramática, depurando-a de

infiltrações estranhas ao sistema. Exemplo que se tornou clássico, no capítulo da formação de palavras, foi entre nós, o do verbo **comer**, dado como sem raiz, pois, na passagem do latim **comedere**, vulgarização do clássico **comedere**, para o ptg. **comer**, perdera-se o radical latino **-ed-**, ficando restrita a palavra ao prefixo **com** e acrescida da terminação **er**, do infinitivo.

Sobrepor formas de um estado de língua mais antigo (o clássico, p. ex.) a outro mais moderno, a fim de prescrever normas lingüísticas, também é misturar sincronia com diacronia. Está nesse caso, p. ex., condenar o uso de **apiado** por **apiado**, por ser esta a forma clássica. Por igual motivo, não se poderia dizer **amor por** (amor pela pátria) em lugar de **amor de** (amor da pátria); nem **apertar contra o peito** e sim **ao peito**, que é a lição camoniana; e na designação dos dias do mês, deveria o verbo **ser** concordar obrigatoriamente com o predicativo, para não desrespeitarmos Vieira: "Hoje são quatro de março". E mais alguma coisa.

4. Ao processo de eliminação de impurezas no conceito de gramática, trouxe Saussure forte contribuição ao distinguir o corte sincrônico do diacrônico. A evolução dos estudos lingüísticos, porém, libertando o saussurianismo do imanentismo e fazendo-o imergir no complexo histórico-social, permitiu nova delimitação. As línguas não variam apenas no tempo, mas também no espaço social e regional. Daí os **socioletos** e **dialetos**, estes já bastante conhecidos do método histórico-comparado. Há, porém, importante distinção: a diferenciação socioletal é de **norma**, ao passo que a dialetal pode também ser de **sistema**.

5. Essa constatação (o corte social somando-se ao corte sincrônico na delimitação do conceito de gramática) gerou, porém, lamentável confusão. Daí dois tipos de inaceitáveis conclusões que iremos comentar.

A primeira, de origem ideológica, inverte os pólos da questão: não é a gramática tradicional da língua padrão, etiquetada como língua das classes dominantes, que deve ser praticada e ensinada nas escolas; ao contrário, por uma ação transformadora, de cunho revolucionário, deve ser substituída pelo socioleto das classes dominadas, economicamente inferiorizadas. Essa a posição assumida pela Prof^a Magda Soares em seu livrinho *Linguagem e Escola*, cuja 5^a ed. é de 1988. Nesse trabalho, a Prof^a Magda se apóia basicamente nos ensinamentos dos professores Bourdieu e Passeron (p. 54) e procura transportar para a Lingüística, à maneira marxista, uma interpretação de fundo economicista dos fatos gramaticais. Recorde-se que essa posição ultrapassada, já tinha encontrado sua condenação, e de há muito, na extinta União Soviética, pelo então ditador Joseph Stalin, que a fulminou sob a forma de "marrismo", doutrina até então oficialmente bafejada.

6. Outro livro que enfoca o mesmo tema é o do Prof. Celso Pedro Luft, filólogo de segura formação universitária, intitulado *Língua e Liberdade*, mas que carrega o subtítulo malsoante de "o gigolô das palavras".

Os pressupostos teóricos em que se apóia são os da gramática gerativa do professor norte-americano Noam Chomsky. Representa o Prof. Luft a segunda vertente a que acima aludimos: a que procura dar base científica e não ideológica à sua posição contrária ao ensino que chama gramaticalista, ou seja, o "ensino tradicional modernoso" (p. 51).

Segundo a teoria chomskyana, que o Autor adota e expõe, "o ser humano nasce provido de uma gramática genérica, gramática universal, de universais linguísticos. É a tese do **inatismo**, muitas vezes mal interpretada" (p. 57-58). A gramática universal seria uma "condição genética prévia para a aprendizagem da língua pela criança" (p.58). Destarte o ser humano nasceria "programado" para falar. Ou, nas palavras do próprio professor Luft:

Pássaros nascem programados para voar, peixes para nadar; assim o homem nasce programado para (entre outras coisas) falar. (p. 59)

Segundo ainda o Autor, a linguagem é "parte de nossa herança biológica" e pressupõe "uma matriz biológica ou **Anlage** que força a fala a obedecer a um dado molde básico e não outro" (p. 59).

Tais idéias nos parecem sumamente infelizes. O que é inato no homem não é uma gramática pré-fabricada na caverna de Platão, senão a **faculté du langage**, ou seja, a faculdade de criar símbolos. O símbolo estabelece uma relação entre a mente (**mens**) e a realidade (**res**) por meio de um sinal de base sensível. Isso ocorre exatamente porque o ser humano não é de constituição puramente biológica e sim bio-psíquica, e nessa composição a face biológica é material ou corporal, enquanto a psíquica é imaterial ou espiritual. O pássaro voa organicamente, mas o homem fala criativamente. Não há órgão corporal criativo e sim meramente produtivo. Não posso, pois, concordar com certas afirmações do Prof. Luft, como a de que "aprender a língua é evolução natural, como crescer" (p. 62). Prefiro dizer que "a capacidade de aprender a língua é fenômeno natural, mas que seu aprendizado é processo sociocultural". A criança quando vai à escola já sabe a língua materna, isto é, já interiorizou o sistema ínsito na norma praticada em casa. Que vai então fazer à escola? Parece curial: aprender as regras da norma culta, que não podem contrariar as relações básicas próprias do sistema. O problema é saber se há proveito nessa aprendizagem. Que respondam os que foram à escola e aprenderam a dominar a norma culta, escrita ou falada.

Em resumo: o livro do Prof. Luft é claro, discute problemas, busca resolvê-los, mas parte de premissas desorientadoras, malgrado o aspecto "científico" de que estão revestidas.

7. O livro do Prof. Evanildo Bechara é mais equilibrado no enfrentamento da questão, é conciliador sem ser eclético.²

Parte do conceito de **língua funcional**, de Eugênio Coseriu. Uma língua funcional é redução de uma **língua histórica**, ou seja, de uma língua historicamente codificada. As línguas históricas, porém, não são homogêneas; ao contrário, abrigam variedades **diatópicas** (espaciais ou dialetais), **diastráticas** (sociais ou socioletais) e **diafásicas** (diferenças de níveis de estilo ou de discurso). Em conseqüência, a língua histórica se apresenta como um conjunto de dialetos, socioletos e estilos de língua. A língua funcional, ao revés, é unitária, pois tem de ser ao mesmo tempo **sintópica**, **sinstrática** e **sinfásica**. Essa língua funcional é que seria propriamente o objeto da descrição estrutural. Portanto, nessa ótica, todas as línguas funcionais, dentro da mesma língua histórica, seriam igualmente legítimas. Então conclui o Prof. Bechara:

Partindo deste conceito de língua funcional, caberá à gramática normativa, levando-se em conta a política do idioma a ser adotada na escola, precisar que técnica lingüística unitária e homogênea deverá descrever em especial. (p. 55)

Estamos de acordo com o Prof. Bechara, mas costumamos usar de outra terminologia, embora com base também em lições do Prof. Coseriu, ou seja, na sua famosa tricotomia **sistema, norma e fala**. Não vemos assim a língua histórica como um **diassistema** e sim como uma pluralidade de normas dentro do mesmo sistema. As normas são, pois, equivalentes estrutural, mas não culturalmente. Ou, como diz, o Prof. Houaiss, isonomia estrutural, mas heteronomia cultural. Por isso a norma culta se sobrepõe às demais e é a que deve ser ensinada nas escolas dos países monolíngües a todas as classes sociais. Na realidade, creio não discrepar nesse ponto do Prof. Bechara. Vejam-se, p. ex., estas felizes palavras do seu citado opúsculo:

Enquanto a língua de casa traduz cabalmente as noções de um mundo e de uma vivência reduzida, a língua da escola irá prepará-los, acompanhando o seu desenvolvimento psicológico e cultural, para descobrir no pensamento discursivo as formas que foram elevadas a uma função cognoscitiva mais alta no pensamento racional. (p. 39)

8. Trabalhos como os do Prof. Luft e do Prof. Bechara mostram que há no Brasil uma crise no ensino da língua portuguesa, em uns casos por motivos ideológicos, em outros por divergência de enfoques científico-filosóficos, em outros ainda pela preocupação louvável de pôr os pontos nos is. Desse debate originou-se uma corrente que visa cortar o nó górdio, instaurando no país uma nova gramática da língua. Eis o que passamos a analisar, em curta revista.

Em 1985, o Prof. Mário A. Perini, da Universidade Federal de Minas Gerais, deu-nos, em opúsculo da editora Ática, uma proposta em tal sentido com o título *Para uma nova gramática do português*.

Não buscou o Prof. Perini, para a elaboração de sua proposta, fundamentação em qualquer das teorias da linguagem mais em voga. Assumiu uma posição crítica em face das gramáticas tradicionais, daí partindo para a formulação de sua nova proposta. Como estalão para ajuizar da validade das gramáticas, põe o princípio de que "a gramática deverá ser sistemática, teoricamente consistente e livre de contradições" (p. 6). O que lembra o "princípio do empirismo" de Hjelmslev de que "a descrição deve ser livre de contradição (autoconsistente), exaustiva e tão simples quanto possível" (**Prolegomena**: 6). O que, parece-me, não são exigências que fazer a uma gramática pedagógica, onde nunca se há de perder de vista o compromisso didático, mormente quando o Autor nos recorda "que se trata de preparar uma gramática **pedagógica**" (sublinhado no original, p. 9).

Na p. 11, esclarece o Prof. Perini que

Minha abordagem é teórica: preocupo-me em explicitar as crenças e princípios **gerais** (sublinhado no original) que subjazem à prática da análise.

Na verdade, esses "princípios gerais" é que não os vejo suficientemente explicitados. Parece-me que o problema com que se defrontou primacialmente o Prof. Perini foi o de conjugar uma descrição morfossintática de natureza formal com o que chama descrição da interpretação semântica. É que julga existir

a possibilidade de uma solução de compromisso segundo as linhas seguintes: incluiremos na gramática uma dupla descrição, a saber (a) uma descrição em termos formais da estrutura sintática superficial; e (b) uma descrição de aspectos da interpretação semântica, colocada, na medida do possível, em paralelo com a descrição sintática. (p. 10)

Na página seguinte dirá "A semântica terá de ser, a rigor, uma espécie de antologia de apêndices à descrição gramatical". Vê-se, pois, que, numa descrição gramatical "teoricamente consistente e livre de contradições", a Semântica faz papel de estranho no ninho. Ou a descrição gramatical formalista é autoconsistente e então dispensa a descrição semântica, ou não a dispensa e então não é autoconsistente. Esse o impasse que me parece prejudicar principalmente a teoria gramatical do Prof. Perini.

Na aplicação da sua teoria, passa o Prof. Perini a uma análise crítica da definição de sujeito dada pelo Prof. Celso Cunha em sua Gramática MEC-FENAME, à questão das relações entre o formal e o semântico, ao problema da elipse e da classificação de palavras e mais algum outro ponto, mas não dispomos de espaço para comentários.

Lição auspiciosa é a do último parágrafo do capítulo 5 do livro, vazada nestes termos:

É por razões como essas que gostaria de sugerir que a gramática seja (pelo menos em um primeiro momento) uma descrição do português-padrão tal como se manifesta na literatura técnica e jornalística. (p. 88)

Que esse primeiro momento, a que convém adicionar a língua literária culta, se repita em outros momentos sucessivos, eis o que tornaria bem-vinda a sugestão final do Prof. Perini.

9. O escritor Autran Dourado também nos promete uma nova gramática, aliás "novíssima". Já conta até com duas colaboradoras, cujo nome declina: o das professoras Margareth Mesquita e Helena Martins, e ainda ressalta ter encontrado certa receptividade para o seu projeto por parte da Prof^a Maria Yedda Linhares, atual Secretária de Educação do Estado.³ Não sendo filólogo, nem propriamente gramático e sim cultor da língua literária, não está obviamente o Sr. Autran Dourado a par das atuais (e mesmo antigas) disquisições sobre a ciência da linguagem. Daí certas incongruências em sua argumentação.

Realça, p. ex. que nunca se falou tão errado no país, mas, como não nos dá o seu conceito de "erro", ficamos sem saber em que critério se fundamenta para condenar regências ou mau uso de pronomes na fala de pessoas do mais alto escalão da República. Por outro lado sustenta que, "sempre nos pautamos por uma educação gramatical castradora". Castradora, mas válida... Como exemplos de "mostrengos" dá-nos a expressão "a nível de", a frase "quero colocar uma questão", o substantivo

"posicionamento", tudo na linha que os modernistas e seus seguidores, que tanto enaltece, acoimariam de "puro reacionarismo gramatical". Da maneira como se expressa, atribui ao saudoso mestre Celso Cunha, que tem como "o mais liberal e atualizado gramático brasileiro", a distinção entre **discurso direto** (e não "discurso livre") e **discurso indireto livre**. Aproveita para introduzir uma inovação sua, o discurso semi-indireto livre, ou seja, o solilóquio. Sobre isso não dispomos de espaço para maiores considerações.

Íamos ficar por aqui, mas, ao final da entrevista, deparou-se-nos esta desconcertante pergunta da entrevistadora: "Qual é a sua opinião sobre a reforma de língua proposta por filólogos brasileiros e portugueses?" Ora, só um ato de loucura poderia levar filólogos brasileiros e portugueses a se reunirem para propor esta coisa espantosa: a reforma da língua. Na verdade, a inocente entrevistadora queria referir-se à debatida "reforma ortográfica". Mas a desinformação não ajudou. Em seu favor observemos que tal disparate não é somente seu; muita gente boa anda escrevendo e dizendo a mesma coisa. Por todos esses motivos, faço sinceros votos no sentido de que a *Novíssima Gramática* venha a ter o mesmo destino que o prudente Mário de Andrade reservou para a sua *Gramatiquinha*: a não publicação.

10. Mais sério, por ter o aval de professores universitários, é o projeto de elaboração de uma *Gramática do Português Falado* [no Brasil], organizada pelo Prof. Ataliba Teixeira de Castilho, da UNICAMP, com a participação de 36 pesquisadores vinculados a 15 universidades brasileiras. O primeiro volume, dedicado à *Ordem*, já veio a lume.⁴

Coube ao professor organizador fazer a "Apresentação do Projeto". Diz aí que o Projeto tem

por objetivo a preparação de uma gramática referencial da variante culta do português falado no Brasil, tal como foi documentada em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) pelo Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta (Projeto NURC): Castilho (1987, 1990). (p. 9)

Aliás o nome do Projeto dito NURC é um pouco mais extenso, segundo leio em Celso Cunha: "Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Lingüística Oral Culta de Cinco das Principais Capitais Brasileiras" (1985: 23).

Quanto à fundamentação teórica que parece estar orientando a pesquisa, vejo que, mais uma vez, foi escolhida a de Noam Chomsky em suas últimas (?) elucubrações cognitivas. Diz, p. ex., o Prof. Castilho:

Diferentes graus de idealização dos dados foram considerados, concluindo-se pela indispensabilidade de seguir considerando uma língua I, distinta de uma língua E. (ib.: 15)

Os autores do primeiro estudo da GPF "Rupturas na ordem de adjacência canônica do português falado", Fernando Tarallo et alii, remetem, para melhor entendimento dessa distinção, a Chomsky, *Knowledge of language*, 1986, mas não se

esquivam de lançar alguma luz sobre a questão: a língua-I é interna ou intensional, ao passo que a língua-E é externa e (sic) extensional. Note-se que, no texto de Tarallo et alii, aparece linguagem-I e linguagem-E, em desacordo com o texto de Castilho, onde está língua I e língua E, mais em consonância, aliás, com o sentido de **language** no texto chomskyano.

Essa língua-I é um sistema de conhecimento obtido quando a mente/cérebro alcança, em virtude de natural processo evolutivo da faculdade da linguagem, um estado estável (Chomsky, 1989: 41). Sabemos que a faculdade da linguagem como órgão mental é mais um dos **idola tribus** das especulações chomskyanas.

A língua interiorizada a que freqüentemente se reporta Chomsky decorre do contato auditivo da criança com os membros da comunidade de falantes que lhe estão mais próximos e se realiza no espaço histórico-cultural por meio de **normas** (cultura, familiar, popular, dialetal...), que são as suas variedades (diatópica, diastráticas, diafásicas) e ainda diacrônicas, se levarmos em consideração a dimensão temporal. Quando se elabora uma gramática, toma-se por objeto uma dessas normas, geralmente a culta, por ser a língua oficial do Estado, a que permite a ascensão social, a que dá acesso ao patrimônio cultural da humanidade e que, apoiada em longa tradição escrita, permite o diálogo enriquecedor dos séculos. Por isso não entendemos que benefícios poderá trazer à educação do povo uma gramática baseada exclusivamente no português falado, que não possui a estabilidade da língua escrita nem os recursos necessários para as altas cogitações do espírito.

11. Na "Apresentação" da GPF, a que nos referimos de início, vimos que o Prof. Castilho invocava para sustentá-la a documentação do Projeto dito da "norma urbana culta". Também a Prof^a Cilene Pereira, em matéria publicada do **Jornal do Brasil**, de 24 de dezembro de 1989, vê nesse mesmo Projeto "o embrião do programa Gramática do Português Falado". Tornam-se, pois, oportunas estas palavras que estão em minha *A unidade lingüística do Brasil*:

Demais, há um equívoco metodológico nesse projeto caboclo da norma urbana do Brasil (Projeto NURC). Serviu-lhe de modelo o "Projeto de Estudo Coordenado da Norma Lingüística Culta das Principais Cidades da Ibero-América e da Península Ibérica". Para efetivação desse Projeto foram selecionadas as seguintes cidades: Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Havana, Lima, Madrid, México, São João de Porto Rico e Santiago do Chile. Como se vê, trata-se de um estudo comparativo da norma culta vigente nos países de fala espanhola e tomou-se, como é natural, para padrão, a norma culta das suas cidades capitais, porque nelas foi que, historicamente, se elaborou a norma urbana culta de cada uma das citadas pátrias. Na Argentina, p. ex., Bueno Aires, e não Buenos Aires, Rosário e Santa Fé; na Espanha, Madrid e não Madrid, Sevilha, Burgos, e assim por diante. Cada país soberano apresenta-se à face do mundo apenas com uma norma culta, a não ser que se trate de países bilingües ou trilingües. E essa norma, repitamos, preexiste ao trabalho dos filólogos, pois não é obra de especialistas e sim resultado de progressiva sedimentação histórica. (...) O que o Projeto NURC poderá

apresentar, no máximo, são as variantes da norma culta brasileira e não a norma culta brasileira. (1979: 169-170)

O Prof. Celso Cunha, em opúsculo intitulado *A questão da norma culta brasileira* (1985) e em capítulo denominado "Respondendo a uma crítica", houve por bem contestar essa minha posição. Não aí, mas em página anterior (23), deixou isto exarado:

Embora a denominação do Projeto seja suficientemente explícita no dizer que o que se pretende pesquisar é a norma culta oral, tem havido por parte de uns poucos professores brasileiros uma total incompreensão a respeito dessa finalidade, confundindo observação de normas com estabelecimento de normas e, pior, não distinguindo normas da língua escrita das da língua oral.

Nesse pequeno trecho, o Prof. Celso Cunha, inspirador do Projeto NURC, assenta os seguintes pontos: a) o objetivo do Projeto é pesquisar a norma culta oral (ou melhor, as suas variedades); b) não se trata de estabelecer norma(s); c) o Projeto distingue a norma escrita da norma oral.

Está claro, portanto, que tomar a documentação do Projeto para, com seu apoio, estabelecer uma norma culta brasileira, codificada em compêndio que sirva de guia até para o uso da língua escrita, é desviar-se dos objetivos com que surgiu o Projeto NURC. Não podemos, contudo, obscurecer que esse Projeto, conforme já anunciara em minha *A unidade lingüística* (v. trecho supratranscrito), continha o embrião (para usar de um termo da Prof^a Cilene Pereira) comprometedor das suas intenções iniciais. Cumpre-se, pois, infelizmente, aquele "equivoco metodológico" que eu já pressentira em 1979.

De fato, não se pode identificar nível coloquial com nível culto; os dois sempre coexistirão. Nenhuma gramática de uma língua de cultura, por mais acendrado que seja o amor de seus autores pela apregoada "modernidade", poderá eliminá-los. Eis por que afigura-se-me o Projeto Gramática do Português Falado verdadeiro trabalho de Sísifo.

Ninguém pensa, é claro, em congelar a gramática da língua culta padrão. Mas também não se há de vulnerá-la a ponto de pô-la em andrajos nos pátios das universidades. Pois como poderemos classificar esta frase que segundo a Prof^a Cilene Pereira, "na avaliação de um grupo de estudiosos do português falado no Brasil (...) não apresenta nada de errado": **Quando veio os meninos [por que não os menino], eu vi ele e ele disse de que o carro furou o pneu.** Na verdade, não se trata de certo ou errado, mas de se pretender impor esse maltreito nível como o verdadeiro padrão culto do português do Brasil!

12. Não podemos, pois, deixar de regozijarmo-nos com o aparecimento da 31^a edição da *Gramática Normativa* do tão saudoso professor Carlos Henrique da Rocha Lima, recentemente falecido. Com a mesma solicitude com que se dava integralmente às coisas do seu ofício, o eminente mestre reviu, retocou e enriqueceu a obra com que educou nos valores da língua portuguesa literária tantas gerações de jovens brasileiros. Não quis o Destino que a visse republicada. Mas ela aí está, tradicional, conservadora, como quiserem, mas sempre mensageira daquela boa lição viva e regeneradora que o pó das idades não consegue escurecer. Razão teve o indormido Serafim da Silva Neto: "Eis a gramática!".

NOTAS

1. Em português, as melhores informações sobre o ensino gramatical na velha Grécia se colhem no livro da Prof^ª Maria Helená de Moura Neves, *A vertente grega da gramática tradicional* (V. **Bibliog.**)
2. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?*, São Paulo, Ática, 1985.
3. Entrevista publicada em O GLOBO, do Rio de Janeiro, em 24/11/92.
4. CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do Português Falado*, vol. I: "A ordem". Campinas, Editora UNICAMP/FAPESP, 1990, 317 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo (1985). *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo, Ática.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.) (1990). *Gramática do Português Falado*. vol.I: *A Ordem*, São Paulo, Editora da Unicamp/FAPESP.
- CHOMSKY, Noam (1989). *El conocimiento del lenguaje*. Madrid, Alianza Editorial (trad. de orig. norte-americano, *Knowledge of language*, de 1985).
- COSERIU, Eugenio (1962). "Sistema, norma y habla". *Teoría del lenguaje*, Madrid, Gredos, pp. 11-113.
- CUNHA, Celso (1985). *A questão da norma culta brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- DOURADO, Autran (1991). "A língua de um povo é o seu cartão de visitas". Entrevista à jornalista Mariza Tavares, publicada em O GLOBO, do Rio de Janeiro, número de 24 de novembro.
- ELIA, Sílvio (1979). *A unidade linguística do Brasil*, Rio de Janeiro, Padrão.
- HJELMSLEV, Louis (1953). *Prolegomena to a theory of language*, Baltimore, Waverly Press (trad. de orig. dinamarquês de 1943).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha (1992). *Gramática normativa da língua portuguesa*, 31ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
- LUFT, Celso Pedro (1985). *Língua e Liberdade*. O gícolô das palavras. Porto Alegre, L & PM Editores.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1987). *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo, Editora HUCITEC.
- PEREIRA, Cilene (1989). "Gramática pode perdoar infidelidades da fala", colaboração publicada no JORNAL DO BRASIL, do Rio de Janeiro, número 24 de dezembro.
- PERINI, Mário A. (1985). *Para uma nova gramática do Português*, São Paulo, Ática.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1931). *Cours de Linguistique Générale*, 3ª ed., Paris, Payot.
- SOARES, Magda (1988). *Linguagem e Escola*. Uma perspectiva social, 5ª ed., São Paulo, Ática.
